

A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL/ LOCAL

Gabriela Silveira Rocha

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS
gabriellasrocha@yahoo.com.br

Resumo

A emergência da pluriatividade está fortemente relacionada com a dinâmica das economias locais, particularmente das características do mercado de trabalho local de atividade rural não agrícola existente em determinado território. É importante destacar que a pluriatividade não se constitui em fenômeno que decorre exclusivamente dos efeitos macroeconômicos do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

A pluriatividade é o conjunto de atividades desenvolvidas por um grupo familiar, em que um ou mais membro do grupo exerce alguma atividade extra-agrícola e/ou possui uma fonte de renda fora da agricultura, caracterizada como atividade rural não agrícola. A pluriatividade surge como resposta às mudanças ocorridas na economia mundial e aos impactos da modernização agrícola (tecnificação e especialização) que, implantada nos países de capitalismo avançado, se expandiram para os países ditos em desenvolvimento, ou não industrializados.

No Brasil, a pluriatividade mesmo sendo uma prática antiga, passou recentemente a ser analisada como uma característica intrínseca à agricultura familiar, isto é, como uma estratégia de reprodução social do grupo doméstico, frente a situações adversas no campo. No início da década de 1990, que alguns autores como Graziano da Silva, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider, Del Grossi recorreram às noções de pluriatividade, ou agricultura em tempo parcial, para analisar a complementaridade da renda familiar como mecanismo de estratégia de reprodução social, em um contexto caracterizado pela integração dos mercados rurais e urbanos, e novas relações de trabalho que apareceram no campo com a terceirização e informalidade.

No contexto do espaço rural do Nordeste, tardiamente modernizado, no fim da década de 1990, período em que as políticas públicas emergiram para o reconhecimento da agricultura familiar no país, a bacia do Rio Gavião localizada no sudoeste baiano do estado brasileiro, passou a ser estruturada conforme o modelo de diversificação de atividades recorrente no meio rural brasileiro.

A presente pesquisa, que ainda encontra-se fase inicial, almeja, analisar as repercussões da pluriatividade desenvolvidas nos territórios das barragens da bacia do Rio Gavião e seus impactos no território local. Para isso, pretende-se utilizar dados secundários de instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e também entrevistas e questionários semiestruturados como instrumentos de pesquisa direta e indireta, que serão aplicados de forma aleatória em toda área de estudo, a fim de estabelecer uma abordagem quati-qualitativa dos dados coletados.

Ademais, entende-se, que esta pesquisa poderá trazer contribuições para o planejamento e gestão local, além de uma melhor compreensão teórica, prática e social das relações que se estabelecem entre as atividades econômicas, políticas e o uso do território das barragens da bacia do Rio Gavião localizadas no Nordeste do estado brasileiro com a pluriatividade e também verificar se as novas formas de ocupação do meio rural implicam em políticas públicas voltadas para a geração de emprego não-agrícola no campo, o que significa novas possibilidades para se combater a pobreza rural.

Palavras-chave: Pluriatividade, ruralidade e desenvolvimento local/rural.

Eixo temático: Os desafios para o espaço rural

Discussão Teórica

O estudo e a discussão teórica da categoria território na contemporaneidade fundamentam-se nas relações de poder, nas dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais, na organização, gestão e formação territorial. Tal análise traz o território para uma dimensão concreta de relações sociais como sendo palpável investido de valores materiais, econômicos, simbólicos, éticos e que acompanha a sociedade em seu tempo e movimento bem como com a sua dinâmica territorial.

O novo contexto histórico e social apontaria para uma nova forma de pensar o território que emerge com a transição do século XVIII para o século XX, quando nesse período a sociedade e conseqüentemente a vida social passaria por diversas transformações impulsionadas pelas transformações e pela complexidade da revolução técnica e científica. E ainda pela organização espacial e as distintas dinâmicas de circulação, de produção e de reprodução espacial, econômica, política, social e cultural do fim do século XX e início do século XXI que deram origem a novos estudos e novas teorizações sobre o território.

A complexidade dessa nova forma e a pluralidade dessas novas dinâmicas forçou a Geografia a, discutir o conceito de território, no trato do ser humano com o seu meio, levando-se em conta, os seres humanos e suas relações sociais de produção, e naturalmente da produção e reprodução espacial.

Moreira (2008) enfatiza que a Geografia incumbiu-se da tarefa de analisar e entender o território como resultante de um contexto complexo, cíclico e instável, baseado na lógica do sistema capitalista em que a organização espacial decorre dos diferentes sistemas de produção e das respectivas atividades desenvolvidas pela sociedade no território.

O território então deve ser entendido como sendo onipresente nas relações sociais e na espacialidade humana. Dessa forma, as novas análises territoriais partem do princípio que o estudo do território é integrado ao espaço político, econômico, social, e cultural. Assim, o estudo do território ganha sentido complexo e integrado, e passa a ser analisado a partir das dinâmicas sociais, econômicas e de produção que se ligam em diferentes escalas.

Do ponto de vista teórico, Moreira (2008) afirma que os aspectos econômicos, políticos, culturais e ambientais repercutem na formação do território. Assim, o território somente tem “conteúdo” quando nele se estabelecem relações simétricas e assimétricas de poder entre os atores sociais, pois estas relações que possibilitarão o surgimento de outras (relações) e a complexidade dos territórios, levando a diversas formas de territorialidade.

Na concepção de Sack (1986), a territorialidade humana envolve o controle sobre determinada área ou espaço que deve, necessariamente, ser concebido e comunicado, mas, sendo entendida como estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área.

Esse controle ocorre à medida que as relações homem e espaço se intensificam, seja pela apropriação, manutenção ou transformação dos recursos, seja pela disputas sociais ou mudanças tecnológicas. Estas manifestações geram processo de territorialização, seja pelo uso do espaço físico em que habitam, seja pelos valores culturais que vão sendo construídos, dessa maneira a territorialidade fica impressa nas práticas cotidianas e até mesmo nos sistemas produtivos que ocorrem no território. Candiotta (2009, p.323) enfatiza.

As territorialidades são impressões simbólicas/subjetivas das relações sociais e, portanto, produzem e são produtos dos territórios num processo cíclico. Elas representam mudanças e/ou permanências e estão ligadas às temporalidades. As territorialidades são influenciadas pelas técnicas e pelo modo de produção, mas manifestam-se na cultura, no comportamento, ou seja, nas ações de indivíduos e grupos sociais.

Compreender os conceitos de território e de territorialidade integrando as dimensões econômica, política, cultural e ambiental pode contribuir para desenvolver uma abordagem territorial mais democrática e transparente do território e do seu desenvolvimento.

No cenário mundial, há uma valorização do território, e esse, é acima de tudo um ambiente inovador ligado “a um coletivo de atores, bem como recursos humanos e materiais, e não se constitui em um universo fechado, ao contrário, ele está em permanente relação com o exterior.” (AMARAL FILHO, 2002, p.12). Assim os elementos internos do território somados a forças externas passaram a ter uma forte influência e importância na dinâmica regional.

No tocante da discussão sobre o desenvolvimento regional e local, autores evolucionistas e institucionalistas como Boisier (1980) e Schmitz (1997) admitem que a “organização social” e a “ação coletiva” são processos importantes na organização, na gestão e no planejamento do território devido à ampliação da base de decisões por parte dos atores locais que por possuírem conhecimento e valores *tacitus*¹ que podem tornar o território mais atrativo do ponto de vista econômico.

As novas concepções teóricas sobre o desenvolvimento local/rural incorporam o lugar no processo de internacionalização/globalização da economia, assim as ciências sociais em especial a Geografia redefine sua categoria de análise, para o território, a fim de acompanhar a dinâmica proposta pela economia na década de 1970, que entra em transição, passando de um modelo regulatório de acumulação e de organização industrial fordista-keynesiano para um modelo de produção pós-fordista e de acumulação flexível. Essa transição deu início às mudanças sensíveis associadas às técnicas de produção, gerenciamento do sistema produtivo, organização espacial da indústria, regulamentação e controle do mercado, inserção do local e do Estado na economia nacional e internacional e a descentralização do Estado.

Segundo OLIVEIRA (2009), o conjunto de modificações apresentadas aprofundaram o caráter de especialização produtiva das regiões e das localidades que passaram a buscar novas formas de mobilizar seus recursos competitivos diante da crescente concorrência intra-nacional e inter-nacional, tais mudanças redirecionam as estruturas e os projetos de desenvolvimentos para o local.

Neste sentido, as mudanças estruturais ocorridas com os Estados nacionais e as atividades econômicas impuseram novos desafios quanto às formas de regulação e de planejamento nacional e regional.

¹ Conhecimento tácito vem do latim *tacitus* que significa "que cala, silencioso" é aquele que o indivíduo adquiriu ao longo da vida, pela experiência. Geralmente é difícil de ser formalizado ou explicado a outra pessoa, pois é subjetivo e inerente às habilidades de uma pessoa.

Nesse contexto, a dimensão territorial pode servir para analisar o desenvolvimento rural frente à diversificação dos processos produtivos que foram impulsionados pelo desenvolvimento e modernização das técnicas de produção que se expandiram pelos territórios, em particular pelo campo, com o processo de globalização.

Com a globalização e as transformações societárias, o meio rural brasileiro assiste no final da década de 1980 e início da década de 1990, a emergência de novos temas como a ruralidade², a agricultura familiar e a pluriatividade. Tais temas ganham espaço nas discussões acadêmicas e políticas, no que refere à forma social de produção e de trabalho, a potencialização e a compreensão dos variados processos produtivos que ocorrem no território em diferentes escalas e esferas econômicas, políticas, sociais e ecológicas dos espaços rurais.

Além do debate que integra o rural ao urbano, vêm ocorrendo também uma discussão sobre a ruralidade pelo viés da abordagem territorial. Nessa perspectiva, o rural e a ruralidade são analisados através da apreciação das dinâmicas sociais e espaciais desenvolvidas por um grupo em uma determinada porção do espaço que podem estar relacionada à atividade agrícola e rural não agrícola.

Tal fato implica em lidar com novas perspectivas e novas técnicas de análise dos processos sociais e econômicos, que produzem impactos e gera configurações nos espaços regionais, Schneider (2004). Assim as técnicas de apropriação e uso dos territórios também significam a própria evolução da sociedade e as transformações das relações de produção, fazendo com que a apropriação dos territórios possa ocorrer com diferentes fins, graus de apropriação e desdobramentos, possibilitando o surgimento de novas territorialidades a exemplo da pluriatividade. Estas por sua vez, representam contextos históricos e sociais específicos, representando uma sociedade e seus modos de produção no espaço e no tempo.

A consolidação da concepção ou dimensão territorial de desenvolvimento consiste exatamente no reconhecimento de que o território representa uma trama de relações, de significados e de conteúdos vividos que foram experimentados. Por isso, argumenta Abramovay (2003), o planejamento contemporâneo adquire uma dimensão mais territorial que setorial, pois sua preocupação básica está em diversificar as fontes de geração de ocupação e renda, sobretudo naquelas localidades que não são diretamente beneficiadas por processos especuladores de inovação tecnológica. Assim, o território, representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel pouco

² De acordo Santos (2009), a ruralidade seria tudo aquilo relacionada com a vida rural, em particular as condições materiais e morais da existência das populações rurais. Dessa forma a ruralidade não envolve somente o tipo de produção, mas também o modo de vida de determinada população num dado espaço.

conhecido no próprio desenvolvimento econômico. A “face territorial do desenvolvimento” (VEIGA, 2002, p.15) representa justamente uma perspectiva de desenvolvimento que busca analisar as diferentes territorialidades do mundo rural.

O autor afirma que de certa forma os territórios rurais tem se (re)construído com a expansão de inúmeras atividades, que podem estar relacionadas a agricultura ou não, e podem ser baseadas em laços sociais que os indivíduos e as instituições foram capazes de construir ao longo do tempo.

Abramovay (2000) destaca que a globalização traz novos desafios especificamente espaciais, em que a competitividade passa a depender, em grande parte, da solidez das economias regionais e locais. O autor valoriza a dimensão territorial do desenvolvimento na medida em que a proximidade social permite uma forma de coordenação entre os atores, capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores, sendo a inovação e a diversificação as bases para o desenvolvimento rural³ em uma abordagem territorial.

Assim, a preocupação centra-se menos na conceituação de território ou de territorialidade, e mais no sentido que um determinado território assume na sociedade contemporânea como contraponto às visões mais tradicionais de políticas de desenvolvimento para o rural. As identidades próprias de cada território, o “saber fazer” das populações, podem sim ser potencializadas para promover o desenvolvimento rural⁴ fora dos padrões de uma agricultura simplesmente produtora de mercadorias agrícolas.

Dada a multiplicidade de níveis, de dimensões e agentes envolvidos, Ploeg et al. (2000), afirmam que o desenvolvimento rural possui implicações importantes no novo arranjo espacial do rural. Num primeiro plano há uma criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados, seguido da procura de formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas, a fim de que a agricultura possa ser reconstruída não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. O desenvolvimento rural, ao contrário do que se induzia no período da modernização, significa “uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização

³ As discussões que envolvem o desenvolvimento rural perpassam pela erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental. (SCHNEIDER, 2004, p.94).

⁴ Conforme Veiga (2007) o desenvolvimento rural baseia-se no conjunto de ações e práticas que visão reduzir a pobreza em áreas rurais, visando estimular um processo de participação que integre os habitantes rurais, tornando-o capazes de definir e controlar suas propriedades para a mudança.

e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe” (PLOEG et al., 2000, p. 395).

O desenvolvimento rural é um processo multi-níveis porque deve-se considerá-lo também num nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade. Num nível intermediário, deve ser construído como um novo modelo para o setor agrícola, com preocupação constante com as sinergias entre ecossistemas locais e regionais. Por fim, o terceiro nível é o do indivíduo, destacando-se as novas formas de alocação do trabalho familiar, especialmente a pluriatividade. É um processo multi-ator porque demonstra a multiplicidade das instituições envolvidas na sua construção, fazendo com que o desenvolvimento rural dependa de múltiplos atores, e as redes entre estes atores. Para Abramovay (2000), o desenvolvimento é multifacetado porque se revela em um conjunto de novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, produção de especialidades regionais (produtos artesanais), entre outras, fazendo com que propriedades que haviam sido consideradas “supérfluas” no paradigma da modernização possam assumir novos papéis (espaço de lazer e turismo) e estabelecer novas relações sociais com outras empresas e com os setores urbanos.

A agricultura familiar se afirma assim como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro, na busca de sua reprodução e sobrevivência tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho favorecida pela incorporação de tecnologias de produção, e a liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando a renda familiar, fenômeno esse denominado de pluriatividade e que se expandiu no campo.

A valorização do mundo rural e as transformações que têm ocorrido nas unidades familiares de produção, como a diminuição do tempo destinado às atividades agrícolas, a diminuição da renda agrícola e a busca de outras atividades para complementação da renda, o retorno para as áreas rurais de pessoas oriundas do urbano, sobretudo aposentados, que passam a se dedicar não somente a atividades agrícolas, têm levado a uma busca de caracterização desses fenômenos, e que genericamente têm sido denominados de unidades familiares de produção pluriativas.

Anjos (2003) explica que, a pluriatividade remete a um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração industrialização em nível da

propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva que conjuntamente impliquem o aproveitamento das potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.

Dessa maneira, entende-se que, a pluriatividade, não é um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, que entrou em sincronia com a dinâmica da economia e com a profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista, Anjos (2003). Assim, a noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural. De acordo com Schneider (1999, p.367).

A pluriatividade permite (re)conceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar.

Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração.

Carneiro (2006), afirma que a pluriatividade é mais adequada como instrumento de análise da dinâmica agrícola, pois como a agrícola não exige um tempo integral de trabalho, a sazonalidade do trabalho agrícola permite a combinação de atividades fora das propriedades rurais.

Na concepção de Graziano & Del Grossi (2002), o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários independente de serem internos ou externos à exploração agrícola. Para os autores, a pluriatividade incorpora os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das explorações agrícola.

A diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas tem possibilitado à população do meio rural, elevar seu poder aquisitivo, “passando a demandar uma variada gama de bens de consumo” (SCHNEIDER, 1999, p.174). O autor ainda ressalta que, o crescimento das atividades não agrícolas no espaço rural não deve ser interpretado de forma apressada, como uma perda da importância da atividade agrícola. O autor enfatiza que a diversificação produtiva ocorre em detrimento do crescimento da mercantilização

econômica e social que emerge em decorrência da modernização da agricultura, da queda da renda agrícola, da dinâmica de mercado e das políticas públicas instituída no território.

No que refere à renda agrícola e não agrícola, é importante esclarecer, que a pluriatividade é o conjunto de atividades desenvolvidas por um grupo familiar, em que um ou mais membro do grupo exerce alguma atividade extra-agrícola e/ou possui uma fonte de renda fora da agricultura, caracterizada como atividade rural não agrícola. Na maioria das vezes trata-se de atividades relacionadas ao emprego da mão-de-obra como pedreiros, caseiros, jardineiros, faxineiras, cozinheiras, garçons, mecânicos, comerciantes, motoristas, artesões e professores, além da atuação nas atividades ligadas ao turismo rural. Frente a isso, a pluriatividade surge como resposta às mudanças ocorridas na economia mundial e aos impactos da modernização agrícola (tecnificação e especialização) que, implantada nos países de capitalismo avançado, se expandia para os países ditos em desenvolvimento, ou não industrializados.

Schneider (2009) ressalta que a emergência da pluriatividade está fortemente relacionada com a dinâmica das economias locais, particularmente das características do mercado de trabalho local de atividade rural não agrícola existente em determinado território. O autor ainda enfatiza que a pluriatividade não se constitui em fenômeno que decorre exclusivamente dos efeitos macroeconômicos do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Dessa forma, a partir da década de 1970, a pluriatividade, entendida como atividade agrícola em tempo parcial, ao provocar a diminuição do peso das atividades agrícolas no emprego e na composição da renda das famílias residentes no campo, passou a gerar múltiplos empregos e diferentes fontes de rendas.

No Brasil, porém, a pluriatividade mesmo sendo uma prática antiga, passou recentemente a ser analisada como uma característica intrínseca à agricultura familiar, isto é, como uma estratégia de reprodução⁵ social do grupo doméstico, frente a situações adversas no campo. Segundo Teixeira (1998), só no início da década de 1990, que alguns autores recorreram às noções de pluriatividade, ou agricultura em tempo parcial, para analisar a complementaridade da renda familiar como mecanismo de estratégia de reprodução social, em um contexto caracterizado pela integração dos mercados rurais e urbanos, e novas relações de trabalho que apareceram no campo com a terceirização e informalidade.

⁵ A reprodução é, acima de tudo, o resultado dos processos de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão emersos. Nesse processo, cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à continuidade e a reprodução. Schneider (2009, p.101).

Cabe ainda acrescentar, que a interferência da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços), a preservação ambiental, e a proliferação dos sítios de recreio, marcados pela contemporaneidade da questão ecológica e valorização da natureza.

O uso do território com a pluriatividade e atividade rural não agrícola nos perímetros de barragens também ganham relevância porque o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) reconhece que essas atividades geram renda no campo. Segundo o ZEE o desenvolvimento do turismo rural e ecoturismo em territórios de barragens promovem o crescimento econômico e social da população envolvida e, principalmente, o desenvolvimento em bases sustentáveis, de forma que possibilite a proteção dos recursos naturais e culturais facilmente ameaçados nas economias mais frágeis.

Procedimento Metodológico

A presente pesquisa, que ainda encontra-se em fase inicial, pretende analisar as repercussões da pluriatividade desenvolvidas nos territórios das barragens da bacia do Rio Gavião e seus impactos no território local. Os procedimentos metodológicos empregados nessa pesquisa servirão para melhor explicar como os territórios de barragens estão sendo usados na obtenção da renda rural, frente à inserção do capitalismo no campo, bem como será evidenciado, nesse processo, as diferentes formas de gestão e trabalho, o espaço de produção e de circulação, as relações sociais e toda organização espacial da área a ser estudada.

A investigação tem como universo de compreensão a adaptação de novas formas de atividades (agrícola e não agrícola) que foram acrescidas ao território com a implantação das barragens.

Resultados e Discussões

A pluriatividade na bacia do Rio Gavião é abordada como uma adaptação da população rural às novas formas de produção e organização do território provenientes das novas estruturas, formas e funções surgidas a partir da implantação das barragens, além da atuação de programas governamentais.

Assim sendo, a ação governamental e as políticas públicas destinadas à bacia do Rio Gavião favoreceram a implantação de novas infraestruturas no campo, tais como, estradas, rede de energia elétrica, barragens, açudes, redes de comunicação, postos de saúde, escolas, dentre

outras. Além do que, tais estruturas implicaram na implantação de novos objetos técnicos ligados ao turismo. Dessa maneira, a ação do governo e as iniciativas locais contribuíram para a diversificação das atividades no território, visto que predominava na região a agricultura de subsistência e a prática do fundo de pasto, características de áreas do “polígono das secas”, marcados por condições ambientais restritivas em um contexto socioeconômico de permanente pobreza rural.

Considerações Finais

Os usos dos territórios nos perímetros das barragens da bacia do Rio Gavião redefiniram-se com a territorialização de novas atividades e com as diferentes formas de apropriação do espaço rural e com a expansão do capital no campo. O estudo dos territórios de barragens com as atividades agrícolas e rurais não agrícolas permitirá perceber as implicações dessas atividades no desenvolvimento local, visto que essas atividades integram o espaço urbano ao rural superando a dicotomia existente entre o urbano/moderno x rural/atrasado.

Referências

ABRAMOVAY, R. “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”. **Economia aplicada**, v. 4, n. 2, abr-jun de 2000.

_____. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (Eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: UFPB, CIRAD, Embrapa, 2003.

AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista**. Planejamento e políticas públicas. Brasília: n.14, IPEA, dez, 1996.

_____. **A Grande Transformação e as estratégias de desenvolvimento local**. Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba, 28n a 31 de maio. Disponível em: <http://www.race.neca.ie.ufrj.br/eventos/evc2002/m23-amaral.doc>, em 2002.

ANJOS, Flávio S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFP, 2003.

BEK CER, B. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs.) **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BOISIER, Sergio et al. **Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional**. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1995.

_____. **El desarrollo teritotorial a partir de la construccion de capital sinértico.** Revista **Redes**, Santa cruz do Sul, RS, Ednisc, V. 4, nº 01, 1997.

CASTRO, I. et al. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO da silva J. Desenvolvimento Local e a Democratização dos Espaços Rurais. **Cadernos de ciência e Tecnologia**, Brasília. 17(1):11-40

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da Agricultura do Brasil: uma reflexão crítica. In.: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa e SANTOS, Roselí Alves dos. Experiências Geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Eliseu Sáverino (org). **Territórios e territorialidades.** Teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. **Economia Aplicada**, v. 2 n. 3, p.515-551, 1998.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Elementos Endógenos de Desenvolvimento Regional:** considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Curitiba, Revista FAE, v.6. n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

PLOEG J.D. Van der and RENTING, H. *Impact and potential: a comparative review of European rural development practices.* **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 40 (4): 2000.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In.: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, SÉRGIO. **Agricultura familiar e industrialização (Pluriatividade e Descentralização no Rio Grande do Sul).** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

_____. **A adversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre Ed. UFRG S, 2006.

_____. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** **Sociologias**, n.º 6, v.11, p. 88-125, Porto Alegre: 2004.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro.** Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

VEIGA, José Eli da. **A face territorial do desenvolvimento.** In: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Lisboa, Portugal vol. 3, n. 5, p. 5-19, set. 2002. Disponível em: http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/n5_jose_eli.pdf. Acesso em 05/08/11.